

ANC = Clee X

ANC 88
Pasta Fev/Dez 85
149

POLÍTICA

CONSTITUINTE

Instalada a comissão. Com muitas divergências.

Dentro e fora da comissão, as divergências surgiram logo na primeira reunião. Mas Sarney definiu suas linhas gerais.

"A Constituição de um Estado só estará voltada à duração e ao respeito da comunidade se surgir do possível, isto é, da vontade predominante em um tempo e em uma sociedade."

O presidente José Sarney abriu assim seu discurso, ontem, durante a solenidade de instalação da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais (o nome oficial), e definiu desta forma o papel da comissão:

"Eles não se reunirão para ditar aos constituintes que textos devem aprovar ou não. Eles irão reunir-se para ouvir a Nação, discutir com o povo as suas aspirações, estimular a participação da cidadania no processo de discussão da natureza e fins do Estado, e estimulá-la a escolher bem os delegados constituintes".

Segundo Sarney, "a comissão não substituirá o Congresso nem substituirá o povo. Será, na verdade, uma ponte de alguns meses entre a gente brasileira e os representantes que ela elegerá. Servirá como uma área de discussão livre e informal das razões nacionais, submetendo ao debate público teses básicas quanto ao Estado, à sociedade e à Nação".

Como Sarney, o presidente da comissão, jurista Afonso Arinos de Melo Franco, afirmou no discurso que a instalação da comissão significava o cumprimento de outra determinação do presidente Tancredo Neves. E destacou tópicos da orientação deixada por Tancredo, entre eles o de que a comissão deve preparar, em nome do governo, um "esboço de anteprojeto constitucional".

Arinos deixou claro que a comissão não se afastará da linha que, segundo ele, foi traçada por Tancredo, "quaisquer que sejam ou venham a ser as divergências manifestadas por pessoas, entidades ou grupos. Divergências que a comissão respeita mas não aceita..." Lembrou ainda que em todas as Constituintes instaladas no País sempre houve anteprojeto resultados de trabalhos de comissões.

A solenidade contou com a presença da maioria dos ministros de Estado e foi muito notada a ausência do presidente da Câmara Ulysses Guimarães. Ele explicou, depois, nervoso, que não compareceu por não ter ido à instalação de outras comissões destinadas a debater a Constituinte, mas segundo se apurou ele teria sido aconselhado por setores esquerdistas do PMDB, sob a alega-

ção de que a comissão do Executivo invadiria atribuições da futura Constituinte.

Depois de Arinos falou o ministro da Justiça, Fernando Lyra, lembrando que "a austeridade no poder, a busca, sem pausas, da justiça para os que trabalham, a defesa sagrada da soberania nacional, sem qualquer transigência com a honra da Pátria, formam a base de nosso compromisso".

"É preciso advertir, com toda a franqueza" — continuou o ministro —, "os que, por um motivo ou outro, estão esquecendo esse juramento tácito que fizemos nas praças públicas; os que colocam hoje os interesses de facção acima dos cânones de fidelidade para com a Pátria; os que põem a paz em risco, ao colocar em risco a coalizão política que o povo nos exigiu fazer".

Primeira reunião

"A Comissão Provisória para Estudos Constitucionais está aberta a contatos e sugestões e toda a sociedade brasileira deve saber disso." Esse comunicado feito por Afonso Arinos à imprensa foi uma das poucas decisões tomadas na reunião de duas horas da comissão, logo após sua instalação. A comissão decidiu também que só voltará a reunir-se no próximo dia 16, no Rio, no prédio do Itamaraty, para aprovar seu regimento, o esquema de trabalho e temas básicos para discussão. Na verdade, Afonso Arinos levou uma proposta pronta, mas os integrantes do grupo concluíram que precisariam de tempo para examiná-la e aprová-la, o que não poderia ser feito ontem.

Entre as propostas que a comissão não quis aprovar estava a criação de subcomissões regionais, para estudar o regimento, coordenadas por vice-presidentes, já indicados por Arinos. A reação contrária foi grande, Arinos resistiu, no entanto, afirmando não estar "propondo, mas dispondo". E embora concordando que os vices não seriam nomeados ele delegou poderes ao consultor-geral da República, Paulo Brossard, para representar a comissão em Brasília; o professor Miguel Reale em São Paulo; o jurista Evaristo de Moraes Filho, no Rio; e o sociólogo Gilberto Freyre, no Norte-Nordeste.

Ao depor na comissão mista do Congresso que examina a emenda de Convocação da Constituinte, Afonso Arinos afirmou que os pequenos partidos não querem um projeto preliminar de Constituição porque "a au-

sência do trabalho facilitaria aos grupos minoritários a criação de uma atmosfera própria para uma participação maior".

Arinos disse ser favorável ao Congresso Constituinte, à eleição dos governadores simultaneamente à dos constituintes, à autonomia tributária dos Estados e municípios e definitivamente contra candidaturas avulsas e representações classistas. Voltou a defender o parlamentarismo, mas disse ser contra um plebiscito prévio para que o País se pronuncie sobre a questão, afirmando que por ser o parlamentarismo pouco conhecido o povo aprovaria o presidencialismo, que, "no Brasil, em seu caminho festivo, percorreu do estado de sítio ao ato institucional. Nunca houve presidente que tivesse noção exata do presidencialismo".

Logo depois da instalação da comissão, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, voltou a manifestar-se contra a modificação, na nova Constituição, do papel das Forças Armadas, assinalando que sua destinação atual vigora há quase cem anos. Ao contrário do ministro, no entanto, Afonso Arinos disse no Congresso que "a segurança nacional não é assunto das Forças Armadas, mas dos poderes de segurança. A competência das Forças Armadas é a segurança internacional. Elas raramente atendem à segurança interna nas democracias". Em sua opinião, a Lei de Segurança Nacional deveria "desaparecer".

Já o líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, contestou informações de que a comissão instalada ontem pretenda "fazer uma Constituição". Em sua opinião "isso seria exorbitar de suas funções". E mesmo o anteprojeto, em sua opinião, "é um estudo, uma intenção" e terá o mesmo valor das sugestões a serem apresentadas pela comissão interpartidária recém-instalada na Câmara, ou das sugestões da OAB e outras que deverão surgir da sociedade. "Não haverá condicionamento. A Assembléia Constituinte terá plenos poderes para adotar o que achar conveniente", concluiu.

E dentro da própria comissão há divisões sobre se deve ou não ser apresentado um anteprojeto de Constituição, como quer Arinos. Mesmo o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, está em dúvida se defenderá a forma de anteprojeto ao documento a ser produzido pela comissão, argumentando que ainda vai refletir muito sobre o assunto.



O presidente da comissão, Afonso Arinos, discursa. Atrás, o ministro Fernando Lyra.